

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) M.D. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90026/2024

Processo Administrativo nº 0018116-97.2022.6.05.8000

GUARDSECURE SEGURANÇA EMPRESARIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob o n. 42.035.097/0001-18, com endereço à Rua Araponga, nº 489, lote 07, quadra 02, Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP nº 42.701-330, neste ato, representada por sua representante legal, autorizada pela Procuração em anexo, tendo vem, respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Excelência, dentro do prazo legal e com supedâneo no art. 24, do Decreto nº 10.024/2019 (PARA O CASO DE PREGÃO), com fulcro no art. 164 da Lei nº. 14.133/2021, em tempo hábil, perante Vossa Senhoria apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Lastreada nos itens 10.13; 10.14; 10.15; 11.1; 11.2; 11.4; 12.1.1 “b”; 12.1.1”d” e 12.1.1”e” do edital de licitação, nos dispositivos correlatos da legislação aplicável, no caso a lei 14.133 de 2021, e especialmente em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa, previsto no inciso LV do art. 5º da Carta Magna Republicana de 1988, por entender que o instrumento convocatório, se permanecer como está, prejudicará a competitividade do certame licitatório em questão, ofendendo princípios imprescindíveis à manutenção do interesse público, tais como o da LEGALIDADE, da RAZOABILIDADE, da EFICIÊNCIA, da COMPETITIVIDADE, dentre outros, o que faz pelas razões de fato e de direito a seguir expendidas.



LAURO DE FREITAS

Rua Araponga, Lote 07, Quadra 2,
1ª Etapa - Bairro: Pitangueiras
CEP 42701-330 - Lauro de Freitas/BA
TEL +55 71 3369-8000 FAX +55 71 3369-8024

RECIFE

Rua Desembargador Manoel de Sá
Pereira, 119 - Bairro: Cordeiro
CEP 50630-180 - Recife/PE
TEL +55 81 3011-7001

PETROLINA

Avenida da Integração, 927, Lote 07,
Quadra E - Bairro: Vila Eduardo
CEP 56328-010 - Petrolina/PE
TEL +55 87 3861-1335



Requer, outrossim, seja o presente recurso recebido no seu legal efeito e devidamente processado, após o que, analisadas as razões, Vossa Senhoria, o(a) Sr(a). Pregoeiro(a) e/ou a autoridade superior, em ato de extrema sabedoria, determine a reformulação ampla e irrestrita do Edital de licitação epigrafado, escoimados dos vícios e defeitos doravante enumerados, com a publicação de novo texto editalício, pela mesma forma que se deu o texto original, designando nova data de abertura, conforme estabelece o item 10.5 do documento norteador do certame.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme dicção do art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, o prazo para impugnar o edital no pregão eletrônico é de 3 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da sessão pública (PARA O CASO DE PREGÃO)/ art. 164 da Lei nº. 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. (LICITAÇÕES COMUNS), que no presente caso, está marcada para a data **08.07.2024**.

Sendo esta impugnação protocolada à data de **28.06.2024**, faz-se perfeitamente tempestivo.

II – DOS FATOS E PATENTES FALHAS E ILEGALIDADES NO EDITAL DE LICITAÇÃO

À data de 15/06/2024, foi publicado pela(o) Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA o edital do Pregão Eletrônico nº **90026/2024**, para a contratação de: empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância nas dependências da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia – que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos de mão de obra (uniformes, EPIS e equipamentos) necessários à execução dos serviços.

Ocorre que tal edital, com a devida vênia, contém erro substancial, que atenta contra sua regularidade. SEGUEM ABAIXO OS ERROS VERIFICADOS:

Handwritten signature



- SEÇÃO X – DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL
Itens: **10.13; 10.14; 10.15;**
- SEÇÃO XI – DA FASE DE JULGAMENTO
Itens: **11.1; 11.2; 11.4;**
- SEÇÃO XII – DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO
Itens: **12.1.1 “b”; 12.1.1 “d”; 12.1.1 “e”**
- ANEXO II – ORÇAMENTO ESTIMATIVO – VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS PARA CONTRATAÇÃO

Claramente, a previsão editalícia apresentada é insuficiente para que os licitantes possam formular adequadamente suas propostas, pois **o ANEXO II, onde constam os valores máximos admissíveis para contratação, NÃO ENGLOBALAM DESPESAS COM VÁRIOS ITENS EXIGIDOS PELA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024 DO SINDICATO DAS EMPRESAS SEGURANCA PRIVADA ESTADO BAHIA.**

Dentre os itens não contemplados é possível destacar:

- **ASSISTÊNCIA MÉDICA**
- **BOA PERMANÊNCIA 22%**

A inclusão das despesas referentes aos itens acima elevaria os VALORES MÁXIMOS ADMISSÍVEIS para o certame.

Nesta senda, cumpre salientar que, no Edital, especificamente na **SEÇÃO XI – Fase de Julgamento**, os itens **11.1 e 11.2 (págs. 13 e 14)** consta a determinação de desclassificação os concorrentes que estiverem com os valores acima do estimado.

Handwritten signature/initials

Contudo, as verbas contidas na Convenção Coletiva de Trabalho DEVEM SER ADIMPLIDAS PELO EMPREGADOR, sob risco de sanções pela Justiça do Trabalho. Isto post, ESSE CUSTO DEVE SER SUPOSTADO PELO CONTRATANTE, qual seja o TER/BA, sob pena de onerar excessivamente o prestador do serviço.

Esta impugnação visa demonstrar a necessidade de vinculação das verbas trabalhistas instituídas em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos, como **Cesta Básica, Assistência Médica/Odontológica e Boa Permanência**, nas contratações realizadas pela Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações).

A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, buscando promover a eficiência, a transparência e a legalidade nas contratações públicas. O art. 5º da referida lei enfatiza os princípios norteadores das licitações públicas, destacando a observância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da legalidade.

O art. 123 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que os contratos administrativos devem conter cláusulas que assegurem o cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias. Além disso, a legislação trabalhista brasileira, notadamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as normas advindas de acordos e convenções coletivas, impõe a observância dos direitos trabalhistas pelos empregadores, incluindo a Administração Pública quando atua como contratante.

Os Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos estabelecem benefícios específicos aos trabalhadores, tais como Cesta Básica, Assistência Médica/Odontológica e Boa Permanência, que são considerados direitos adquiridos. Estes instrumentos coletivos são regidos pelo art. 611 da CLT, que determina a obrigatoriedade de cumprimento pelas partes envolvidas, ou seja, empregadores e empregados.

A vinculação das verbas trabalhistas nos contratos administrativos está em consonância com o princípio da isonomia, uma vez que garante tratamento igualitário aos

Handwritten signature



GUARDSECURE

SEGURANÇA EMPRESARIAL

trabalhadores contratados pela Administração Pública e aqueles da iniciativa privada. Além disso, ao assegurar essas verbas, a Administração Pública promove a valorização do trabalho e a proteção dos direitos sociais, conforme os preceitos constitucionais.

A Nova Lei de Licitações reforça a importância do cumprimento das normas trabalhistas e previdenciárias nas contratações públicas. O art. 25 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o edital de licitação deve conter as exigências necessárias para a garantia da execução do contrato, incluindo o cumprimento das obrigações trabalhistas.

Portanto, a Administração Pública, ao elaborar o edital e celebrar contratos, deve prever cláusulas específicas que assegurem o pagamento das verbas instituídas em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos. Essa vinculação é fundamental para evitar passivos trabalhistas e garantir a conformidade com as obrigações legais.

Diante do exposto, conclui-se que a Administração Pública, ao realizar licitações e celebrar contratos administrativos, deve vincular as verbas trabalhistas instituídas em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos, tais como Cesta Básica, Assistência Médica/Odontológica e Boa Permanência. Esta vinculação está em conformidade com os princípios da Nova Lei de Licitações, promovendo a legalidade, a transparência e a proteção dos direitos trabalhistas.

Para além disso, a **Seção XII, Item 12.1.1 “b” (pág. 15)** também contém erro que merece ser sanado no que concerne a:

- **CONTRATAÇÃO DE MENOR APRENDIZ**

Este trecho do edital versa sobre a Habilitação, e no ITEM “e”, solicita uma *Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.*

Ocorre que, **o correto não seria uma declaração e sim CERTIDÃO de REGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES** emitida pelo

Handwritten signature/initials

LAURO DE FREITAS

Rua Araponga, Lote 07, Quadra 2,
1ª Etapa - Bairro: Pitangueiras
CEP 42701-330 - Lauro de Freitas/BA
TEL +55 71 3369-8000 FAX +55 71 3369-8024

RECIFE

Rua Desembargador Manoel de Sá
Pereira, 119 - Bairro: Cordeiro
CEP 50630-180 - Recife/PE
TEL +55 81 3011-7001

PETROLINA

Avenida da Integração, 927, Lote 07,
Quadra E - Bairro: Vila Eduardo
CEP 56328-010 - Petrolina/PE
TEL +55 87 3861-1335



www.guardsecure.com.br



GUARDSECURE

SEGURANÇA EMPRESARIAL

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO e SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO.

De acordo com a legislação brasileira, a regra correta para a comprovação de regularidade na contratação de aprendizes é a obtenção de documentos oficiais emitidos por autoridades competentes, tais como a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes.

Segue a legislação aplicável:

Lei nº 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem)

Essa lei, conhecida como Lei da Aprendizagem, estabelece a obrigatoriedade de empresas de médio e grande porte contratarem jovens aprendizes. De acordo com a lei:

Art. 429 da CLT: Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

- **Instrução Normativa nº 146/2018 do Ministério do Trabalho**

A Instrução Normativa nº 146/2018 regulamenta a contratação de aprendizes e o procedimento para obtenção de certidões de regularidade:

Art. 9º: Para fins de comprovação da regularidade no cumprimento da cota de aprendizagem, será emitida a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE).

Handwritten signature in blue ink.

LAURO DE FREITAS

Rua Araçonga, Lote 07, Quadra 2,
1ª Etapa - Bairro: Pitangueiras
CEP 42701-330 - Lauro de Freitas/BA
TEL +55 71 3369-8000 FAX +55 71 3369-8024

RECIFE

Rua Desembargador Manoel de Sá
Pereira, 119 - Bairro: Cordeiro
CEP 50630-180 - Recife/PE
TEL +55 81 3011-7001

PETROLINA

Avenida da Integração, 927, Lote 07,
Quadra E - Bairro: Vila Eduardo
CEP 56328-010 - Petrolina/PE
TEL +55 87 3861-1335



www.guardsecure.com.br

Nesta senda, a empresa deve contratar aprendizes na quantidade determinada pela lei (entre 5% e 15% dos trabalhadores cujas funções demandem formação profissional). Os aprendizes devem estar matriculados em programas de aprendizagem desenvolvidos pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, etc.) ou em programas equivalentes.

A empresa deve solicitar a **Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE)**. Essa solicitação pode envolver a apresentação de documentos que comprovem a contratação e matrícula dos aprendizes. A SRTE, após a análise da documentação apresentada pela empresa, emitirá a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes.

Assim, a regra correta, de acordo com a legislação brasileira, é que a empresa obtenha a Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes emitida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) para comprovar o cumprimento das exigências legais relativas à contratação de aprendizes. Apenas essa certidão tem a validade jurídica necessária para comprovar a regularidade perante órgãos fiscalizadores e em processos que requerem demonstração de conformidade legal.

Considerando que OS VÍCIOS VERIFICADOS NO EDITAL, além de prejudicar os licitantes, prejudica, mais ainda, a própria Administração Pública, que não conseguirá alcançar, de fato, a principal finalidade da licitação, que é a obtenção da melhor proposta.

III – DA LEGALIDADE DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

A exigência de especificação adequada do objeto contratual decorre da Lei nº 10.520/2002, senão vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

[...]



II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; [...]

Portanto, como se pode ver, a forma como os itens listados foram descritos viola a Lei do Pregão e, muito mais, a finalidade de obtenção da melhor proposta, maculando, ainda, a competitividade isonômica entre os licitantes.

De acordo com o art. 9.º da Lei nº 14.133/2021, é vedado aos agentes públicos:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

(...)

Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

Portanto, as cláusulas editalícias acima indicadas são ilegais, pois a legislação é clara quanto **A VINCULAÇÃO DE VERBAS TRABALHAISTAS INSTITUÍDAS EM ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO**, bem como com relação a **CONTRATAÇÃO DE MENORES APRENDIZES**.



Ademais, a Constituição Federal de 1988 dispõe sobre os princípios que regem a Administração Pública. A saber:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Além disso, a própria Lei 14.133/2021 determina que o processo licitatório será processado de acordo com o princípio da legalidade. Vejamos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Ora, na medida que os itens do edital apresentam erros, **os mesmos precisam ser revistos e sanados pela Administração Pública.**

Não resta dúvida que o ato de convocação de que se cogita consigna cláusula manifestamente comprometedor ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

Como se não bastasse, o item objurgado, fere igualmente o princípio da isonomia consagrado no inc. I, do art. 5º, da Constituição Federal.

Handwritten signature

Dada a meridiana clareza com que se apresenta a ilegalidade dos itens apontados, pelo mero cotejo com a letra fria da lei, despiendo é arrostar cometimentos doutrinários ou o posicionamento de nossos Pretórios.

IV - DA NECESSIDADE DE PUBLICAÇÃO DE NOVA DATA PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME

Pelo que se depreende da presente impugnação, a alteração dos termos editalícios é medida necessária e que se espera, de acordo com todo o exposto e demonstrado nesta peça impugnatória.

Todavia, além das alterações necessárias, merece ser enfatizado o **ITEM 18.1.1 “d”**, que institui:

“acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame.”

Ademais, a doutrina e, ainda, a jurisprudência também reconhecem a necessidade de publicação de novas datas para o certame, senão vejamos:

MARÇAL JUSTEN FILHO, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9a Ed., p.198:

“... A Administração tem total liberdade para alterar as condições inseridas no instrumento convocatório (respeitada a lei, é claro). Porém, a alteração não pode frustrar a garantia do prazo mínimo prevista no § 2o. Se a Administração introduzir alteração após publicado o aviso, deverá renovar-se a publicação. Se assim não fosse, haveria redução do prazo mínimo. ...”

TRF/ 1a R. decidiu:

LAURO DE FREITAS

Rua Araçonga, Lote 07, Quadra 2,
1ª Etapa - Bairro: Pitangueiras
CEP 42701-330 - Lauro de Freitas/BA
TEL +55 71 3369-8000 FAX +55 71 3369-8024

RECIFE

Rua Desembargador Manoel de Sá
Pereira, 119 - Bairro: Cordeiro
CEP 50630-180 - Recife/PE
TEL +55 81 3011-7001

PETROLINA

Avenida da Integração, 927, Lote 07,
Quadra E - Bairro: Vila Eduardo
CEP 56328-010 - Petrolina/PE
TEL +55 87 3861-1335



“III – Em havendo alteração das condições previstas no edital da licitação impõe-se a sua republicação, em observância ao princípio da publicidade e da isonomia dos concorrentes.” Fonte – TRF/1a R. 6a T. MAS n. 34000371742/DF. Processo 1999.34.00.037174-2. DJ 25 set.2002. p. 98

STJ decidiu:

“...2. Há violação ao princípio da estrita vinculação ao Edital, quando a administração cria nova exigência editalícia sem a observância do prescrito no § 4o, art. 21, da Lei n. ° 8666/93” Fonte – STJ. 1a Seção. MS n. 5631/DF. Processo n. 199800056246. DJ 17 ago 1998. p. 00007

TCU determinou:

“... zelar para que todos os itens inerentes às licitações sejam completamente consignados nos respectivos editais, observando o disposto no art. 21, § 4o, da Lei 8.666/93, com a reabertura do prazo de formulação das propostas, nos casos em que as exigências inicialmente previstas sejam alteradas.” Fonte – TCU. Processo n. TC-004.985/2003-0. Acórdão n. 1.399/2004 – Plenário.

Diante do que foi exposto e por entender que a presente Impugnação Administrativa ao Edital do **Pregão Eletrônico/Processo de Licitação** será acolhida e, ainda, que as alterações necessárias afetarão a formulação das propostas, conforme sobejamente demonstrado, requer-se, desde já, a republicação do edital, escoimado dos vícios apontados e que seja determinada nova data para realização do certame, ou o cancelamento **dos itens 10.13; 10.14; 10.15; 11.1; 11.2; 11.4; 12.1.1 “b”; 12.1.1 “d”; 12.1.1 “e”** para que sejam incluídos em outro processo licitatório com as devidas correções.

Handwritten signature

Em face do exposto, requer-se que a presente impugnação seja recebida e julgada procedente, na certeza de que Vossa Senhoria, portador(a) do mais alto zelo e diligência, nomeado por ato formal e assumindo, com isso, perante a Sociedade, papel decisivo na busca da perfeita aplicação dos Princípios Constitucionais basilares, entre eles, os consagrados na Lei nº 14.133/21, e diante do exposto, requer esta empresa Impugnante:

1. pelo fato de estarem presentes razões de interesse público, a eficácia suspensiva prevista no **ITEM 19.1.2** do edital, e, ainda, providência urgente, conforme procedimento adotado pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, no sentido de que Vossa Senhoria determine, de imediato e de forma LIMINAR, a sustação do curso da licitação até o julgamento da presente Impugnação Administrativa;;
2. a reformulação ampla e irrestrita do edital, de forma a privilegiar a LEGALIDADE, A LIVRE CONCORRÊNCIA E A AMPLA COMPETITIVIDADE, princípios basilares do processo licitatório e que devem ser perseguidos, de maneira exemplar, pela Administração Pública, sobretudo no que fora destacado nesta peça impugnatória; e
3. suspensão da data de realização do certame, com o consequente refazimento do inteiro teor do edital em questão, escoimado dos vícios apontados e sua divulgação, em nova data de abertura, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 1º, do IV, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021 pela mesma forma que se deu o texto original, vez que as alterações ora requeridas afetam indiscutivelmente a formulação das propostas ou o cancelamento dos **ITENS 10.13; 10.14; 10.15; 11.1; 11.2; 11.4; 12.1.1 “b”; 12.1.1 “d”; 12.1.1 “e”**, para que sejam incluídos em outro processo licitatório com as devidas correções.



Nestes Termos

Lauro de Freitas/BA, 28 de Junho de 2024.

Laura Fernanda Rios Ribeiro Silva
GUARDSECURE SEGURANÇA EMPRESARIAL LTDA
CNPJ nº 42.035.097/0001-18
LAURA FERNANDA RIOS RIBEIRO SILVA
CPF nº 058.733.385-58
COORDENADORA COMERCIAL